

OUVIDORIA POPULAR DE SEGURANÇA NA UFES: ANTECEDENTES, CONSTITUIÇÃO E PROPOSTA DE ATUAÇÃO

Antecedentes históricos

A OUVIDORIA POPULAR DE SEGURANÇA NA UFES é resultado do trabalho do coletivo “PM na Ufes, não!”, que foi criado em outubro de 2018, após o anúncio da Reitoria da UFES sobre um “convênio” com a Polícia Militar para que policiais da reserva passassem a fazer a segurança dos campi da universidade. A decisão foi tomada de forma unilateral, ainda que a Administração Central alegue que fomentou uma comissão para estudar o problema da segurança vivido dentro dos campi.

O coletivo “PM na Ufes, não!”, composto pela Adufes, rede de cursinhos AfirmAção, CEDH, Círculo Palmarino e Fórum Capixaba de Lutas Sociais, sucedeu uma primeira tentativa de mobilização de entidades, capitaneadas pelo Sintufes em torno do movimento “A Ufes que a gente quer”. Após a dissolução deste grupo, constitui-se o coletivo “PM na Ufes, não!”, que realizou três eventos de mobilização da comunidade acadêmica, trazendo diversos pontos de vista para dialogar sobre a decisão da Reitoria.

O **primeiro** convidado foi o professor da UERJ, juiz de direito e membro da Associação de Juízes pela Democracia (AJD), João Batista Damasceno, que tratou do tema “Justiça e Democracia”. Ele considerou incompatível o uso de forças militares nas universidades, além de questionar a legalidade do convênio firmado.

O **segundo** evento foi sobre “Direitos Humanos e Segurança Pública”, ocasião em que recebemos Gilmar Ferreira - militante de Direitos Humanos, ex-presidente do CEDH-ES e Anderson Duarte - Tenente da Polícia Militar do Ceará. Na ocasião, foram apresentadas possibilidades de gestão de segurança desmilitarizada, além de reiterar a denúncia sempre necessária sobre a relação entre as políticas de austeridade, a polícia de nosso estado e o encarceramento no Espírito Santo.

O **terceiro** e mais recente debate promovido pelo coletivo foi “Gestão de segurança universitária”, no qual estiveram presentes: Rodrigo Ricupero, presidente da Adusp, que nos contou sobre a experiência desastrosa e ineficiente da militarização da USP, Antônio Carlos Moraes, prof. do CEFD da UFES e membro do CEPE, que falou de alternativas possíveis para a elaboração de uma política de segurança universitária da UFES e Emerson Nascimento, professor da UFAL, pesquisador da área de segurança pública e membro do GT de Segurança da UFAL, universidade que, assim como outras, não optou pela militarização.

Também elaboramos uma série de **vídeos** com professores universitários, militantes de direitos humanos e movimentos sociais, que abordaram a inadequação da medida deliberada pela Reitoria. Participaram destes vídeos: Lula Rocha (Círculo Palmarino e Cursinhos AfirmAção), Gaudêncio Frigotto (prof. UERJ), Anna Maria Padilha (profa. voluntária UFF), Antônio Carlos Moraes (prof. CEFD da UFES e membro do CEPE), Débora Araújo (profa. CE da UFES), Acácio Augusto (prof. UNIFESP), Dermeval Saviani (prof. Unicamp, por depoimento escrito) e Hugo Matias Fernandes (mestrando do PPGPS e defensor público).

Apesar de solicitar audiências com o Reitor da UFES, apresentar duas moções de repúdio assinadas pelo CONAD e pelo Congresso do ANDES-SN, capitaneadas por alguns professores da UFES e claro, ter todas as suas ações amplamente divulgadas e totalmente abertas e gratuitas, nunca fomos ouvidos e nem atendidos.

A constituição da Ouvidoria

O ano de 2019 teve o início das aulas marcado pela Polícia Militar já atuando nos campi e os problemas começaram a aparecer, com algumas queixas e depoimentos.

Não temos dados concretos fornecidos pela Administração Central sobre as ocorrências no interior da universidade. Nem anteriores à entrada da PM e nem como essa atuação tem sido realizada.

O melhor e mais atualizado levantamento que temos, nos revela que o problema da segurança na Ufes não será resolvido com força policial. O Núcleo de Pesquisa, Inovação e Planejamento Sócio econômico (NUPLA, CCHN, UFES), fez uma pesquisa recente (outubro de 2018) que revela que a percepção dos estudantes sobre a insegurança não tem relação com os acontecimentos vividos por eles. O NUPLA entrevistou 377 alunos do campus Goiabeiras e identificou que 83% dos estudantes tem medo de sofrer alguma violência dentro da UFES. Roubo e furto são os grandes receios. Porém, 72% nunca sofreu nenhum tipo de violência e as violências mais presenciadas (49,7% e 42,3%, respectivamente) são discriminação por cor/raça e ofensas sexuais e de gênero. Isso revela que os problemas percebidos não são aqueles que se resolve com Polícia, com ronda militar interna na Universidade.

O equívoco da decisão da Reitoria se consolida quando 58% dos entrevistados afirmam que são contrários à presença/atuação da PM no interior da UFES (6% não soube opinar, 12% são neutros e 23% são favoráveis). A Administração Central sempre repete que a decisão de colocar a PM na UFES foi resultado do trabalho de uma comissão. Nós questionamos a composição dessa comissão! A sua validade temporal (as gestões dos segmentos eram outras, além da própria conjuntura política do país) e os resultados a que chegou. Aliás, resultados estes que nunca foram publicizados e debatidos ampla e democraticamente. Estamos falando da única universidade pública do estado, que é referência, portanto, em pesquisa, ensino e extensão. E nós estamos lidando com decisões que não levam em conta nem as comunidades (internas e externas) e nem a prerrogativa da pesquisa séria, como fez o NUPLA.

Em função das portas fechadas pela Reitoria para o diálogo, o coletivo “PM na Ufes, não!” decidiu encerrar suas atividades e lançar uma OUVIDORIA POPULAR DE SEGURANÇA, realizando uma mesa de debates com a presença de Débora Maria da Silva, fundadora do Movimento Mães de Maio (SP) e Orlando Zaccone, delegado da Polícia Civil do Rio de Janeiro e membro fundador do Movimento Policiais Antifascismo.

A que se propõe a Ouvidoria Popular de Segurança na UFES?

A OUVIDORIA POPULAR é um mecanismo de monitoramento da gestão de segurança na Universidade Federal do Espírito Santo. Objetiva o recebimento de denúncias das comunidades interna ou externa sobre ocorrências no interior dos campi da instituição

(Alegre, Maruípe, São Mateus e Vitória). A notificação dos casos é importante para coibir práticas violentas e intimidatórias de agentes de segurança, especialmente abusos de cunho racista, machista, LGBTfóbico, misógino, sexista e outros. As ocorrências serão registradas em formulário *on line*, por meio do qual a pessoa pode se identificar ou não e denunciar casos próprios ou testemunhados.

A apuração das ocorrências será viabilizada conforme o detalhamento mais preciso possível e estas serão encaminhadas para outras instâncias (corregedoria da PM, ouvidoria da UFES, Conselhos (Direitos humanos, Juventude, Mulher, Igualdade racial, Pessoa com deficiência, LGBT), defensoria pública etc.).

Mas por qual razão fazer uma OUVIDORIA POPULAR e não se utilizar dos próprios mecanismos já existentes? Para que as pessoas possam ter liberdade e se sentirem seguras com as denúncias e que ela estejam concentradas na especificidade do interior dos campi da UFES. Outra razão é porque assim teremos controle sobre informações que, sob tutela da Reitoria, se tornam verdadeiros segredos de estado, não compartilhados e debatidos democraticamente. E por fim, para que possamos fazer um efetivo acompanhamento dos casos, não deixando que se acumulem, aumentem ou sejam esquecidos.

Nossos desafios e nossas apostas

O desafio da segurança na UFES, não é somente da UFES. A universidade não é uma bolha apartada da realidade social. O problema da segurança pública se define pelos projetos societários que defendemos, nos quais se incluem as políticas de saúde, educação, segurança, assistência social, emprego, renda, cultura, drogas, encarceramento, direitos humanos etc.

Quando os governos optam por políticas de austeridade, tanto em nível nacional (marca indiscutível do governo Bolsonaro) quanto em nível estadual e municipal, essa decisão impacta na violência, nos crimes, na miserabilidade em geral, nas escolhas por mais presídios e fechamento de escolas, por pedidos de reintegração de posse de prédios públicos abandonados, pela denominação de comunidades inteiras como “territórios do crime”.

É desafio para nós, enquanto comunidade universitária, colaborar com o debate sobre a polícia brasileira. De acordo com a reportagem do *site* “Carta Campinas”, publicada em novembro de 2018, segundo dados do Anuário de Segurança Pública de 2018, nossa polícia é a que mais mata e a que mais morre no planeta. Também é o país que mais cresce em número de pessoas privadas de liberdade no mundo. Esses dados tristes e revoltantes já deveriam ser o bastante para fazer com que nos sentíssemos mais inseguros com a PM do que sem ela. E para que entendamos que a polícia, em sua forma violenta, não revela um erro procedimental, mas uma política de estado, incentivada e apoiada por parte da sociedade, como assinala Zaccone, em seu livro “Indignos de vida” (2016). A eleição de Bolsonaro é sintomática desse assentimento.

Se o argumento anteriormente apresentado não for suficiente, salientemos que Sergio Moro apresentou três Projetos de Lei que compõem aquilo que ficou conhecido como “Pacote Anticrime”, que é uma verdadeira licença para a polícia matar, sob justificativa de “escusável medo, surpresa ou violenta emoção”. Quantas “surpresas”, “emoções” ou quantos “medos” teremos dentro da UFES?

O projeto Moro visa endurecer e ampliar o sistema carcerário, medida que vai na contramão da tendência mundial de aplicar penas de reclusão somente em último caso. Além disso, como sabemos, a segurança tem sido cada vez mais ampliada e militarizada, mas isso não tem diminuído os números da criminalidade no país.

Também é um grande desafio, **enfrentar um ambiente escolar (da educação básica e do ensino superior) que se tornou hostil, com muitos discursos de ódio, de desqualificação e controle do trabalho docente e também de atividades políticas organizadas**, sejam elas de estudantes, professores ou técnicos.

Exemplo das possíveis consequências dessa militarização, são ocorrências como a de Foz do Iguaçu, onde uma professora da UNIOESTE (a universidade firmou um acordo com a PM) foi abordada por um Policial armado e fardado e questionada sobre o conteúdo da sua aula. O controle sobre os professores é um dos principais eixos do movimento Escola sem Partido, do qual são adeptos tanto Jair Bolsonaro quanto Abraham Weintraub, Ministro da Educação.

A decisão da Reitoria da UFES foi tomada de forma unilateral, antecipa as piores práticas, aquelas que mais precisam ser combatidas por nós, em defesa da universidade pública, gratuita, laica, de qualidade, **democrática e plural**. Antecipação essa que endossa o Projeto de Lei 947/2019, do Deputado Federal Hélio Lopes (PSL-RJ), que dispõe sobre o policiamento ostensivo nas instituições superiores de ensino público. Em nome da “garantia da preservação da ordem”, o texto do PL prevê a possibilidade de “ingresso de policiais em salas de aula, auditórios, gabinetes e em outros ambientes fechados” das instituições de ensino.

Portanto, **nossas apostas estão na resistência e na incontestável certeza de que nenhuma escola é lugar de polícia**, porque não deve se prestar a um projeto de sociedade desigual, como este sob a égide do qual vivemos.

É lamentável que no ano em que a UFES completa 65 anos de existência, seja o ano em que a PM passou a fazer o patrulhamento de segurança de nossa instituição. A escola é lugar de contestação, de transformação e não de silêncio e intimidação. Por isso, continuaremos buscando o diálogo e não deixaremos de lutar pelas melhores condições para a Educação e para a Ciência e Tecnologia, que vem sendo desmontadas velozmente no atual governo. A Universidade produz pesquisas apontando a necessidade da desmilitarização da sociedade e a reitoria vai na contramão dessa tendência, ajudando a intensificar esse processo de militarização da vida.

Não nos calaremos diante das injustiças, dos abusos e das violências, sejam elas físicas, morais ou sociais; sejam policiais, ideológicas ou politiqueras. Continuaremos a apostar na vida, na dignidade humana, na igualdade social e a lutar pela superação de uma sociedade que precisa de um aparelho tão repressor, violento e cruel para manter-se viva.